



Número: **0810865-02.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **22/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA (AUTOR)		Ronaldo de Lima Clementino (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26444 848	22/11/2019 11:03	Petição Inicial	Petição Inicial
26445 815	22/11/2019 11:03	Petição inicial - José Antônio x DPVAT	Outros Documentos
26445 820	22/11/2019 11:03	Anexo I - Documentos de identificação	Documento de Identificação
26445 824	22/11/2019 11:03	Anexo II - Certidão de registro de ocorrência e BOAT	Documento de Comprovação
26445 842	22/11/2019 11:03	Anexo III - Laudos e atestados médicos	Documento de Comprovação
26446 263	22/11/2019 11:03	Anexo IV - Documento da motocicleta	Documento de Comprovação
26446 266	22/11/2019 11:03	Anexo V - Fotografias do acidente	Documento de Comprovação
26446 268	22/11/2019 11:03	Anexo VI - Carta de concessão de benefício previdenciário	Documento de Comprovação
26446 272	22/11/2019 11:03	Anexo VII - Abertura de sinistro e decisão administrativa - DPVAT	Documento de Comprovação
26446 273	22/11/2019 11:03	Anexo VIII - Exames de ressonância magnética - 07.11.2019	Documento de Comprovação
26455 936	22/11/2019 13:35	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
26455 941	22/11/2019 13:36	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
27556 516	20/01/2020 13:56	Petição	Petição
27556 521	20/01/2020 13:56	Simulação de guia de custas	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
27769 539	28/01/2020 18:46	Despacho	Despacho
27774 372	28/01/2020 22:28	Expediente	Expediente

Petição inicial em PDF



AO JUÍZO DA ____ VARA CÍVEL DE MANGABEIRA, COMARCAR DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA.

JOSÉ ANTÔNIO ALVES DA NÓBREGA, brasileiro, solteiro, desempregado, inscrito no CPF sob o nº 358.116.808-13, com RG nº 39.428.096-9 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Elias Pereira de Araújo, nº 625, Mangabeira, João Pessoa – PB, CEP 58056-010, através de seu advogado *in fine* assinado, **com escritório à Av. João Machado, nº 849, Sala 805, Empresarial Monte Carlo, Centro, CEP 58.013-520, João Pessoa-PB, fones: (83) 98726-0717/ 99985-2020, local onde recebe as notificações e intimações judiciais, email: ronaldodelimaadv@hotmail.com**, vem diante de Vossa Excelência, ajuizar a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS DPVAT

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de direito que passam a expor., onde deverá ser CITADA na pessoa de quem de direito, pelos seguintes elementos fáticos e jurídicos:

I - PRELIMINARMENTE

A) DA JUSTIÇA GRATUITA

De plano, informa a Autora que não pode arcar com as custas, taxas e despesas processuais decorrentes do litígio em apreço, sem o comprometimento do seu sustento, conforme permissivo regulado pelos arts. 98 e 99 do Código de Processo Civil.

Insta salientar, que o Requerente encontra-se desempregado, não auferindo renda formal ou informal, conforme se pode atestar nas cópias da carteira de trabalho carregadas aos autos. (Anexo I).

1

Escritório R de Lima Advogados
Av. João Machado, nº 849, Sala 805, Empresarial Monte Carlo, Centro, CEP 58.013-520, João Pessoa-PB, fone: (83) 98726-0717/ 99985-2020.



Pelo que requer os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes do art. 5º, LXXIV, da Carta Magna de 1988, dos §§ 3º e 4º do art. 99 do CPC e Lei 1060/50.

No mesmo norte, aponta o entendimento do Eminentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal **Carlos Alberto Menezes Direito** em julgamento proferido quando sua Excelência integrava o Superior Tribunal de Justiça, no REsp 263/781, *in verbis*:

“O acesso à justiça deve ser o mais amplo possível, e a interpretação para o gozo do benefício da assistência judiciária deve considerar não apenas o valor dos rendimentos, mas o comprometimento das despesas para a manutenção da família.” (grifo nosso)

B) DA CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

Muito embora a parte autora tenha sempre o interesse em conciliar, no caso concreto, como a experiência demonstra, a seguradora Ré não tem por hábito conciliar antes da prolação da sentença, o que torna inócua a designação de audiência para esta finalidade. Desta forma, nos termos do artigo 319, VII c/c §5º, do artigo 334 do CPC, a parte autora declara seu desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação.

II - DO FATÍDICO

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 15/12/2018, O QUE LHE CAUSOU POLITRAUMATISMOS (CID – 10: S468: Traumatismo de outros músculos e tendões ao nível do ombro e do braço + S400: Contusão do ombro e do braço + S 83.7: Traumatismo de estruturas múltiplas do joelho + T92.8: Sequelas de outros traumatismos especificados do membro superior + T93.3: Sequelas de luxação, entorse e distensão do membro inferior), como demonstra a certidão de registro de ocorrência policial e documentação médica carreada aos autos (anexo II e III).

Para fins de recebimento da indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT, o sinistro foi reclamado pelo Autor junto a uma das seguradoras consorciadas, em maio de 2019, conforme aviso de sinistro junto aos autos (anexo VII).

Através do sinistro nº 3190334231, a parte Autora apresentou todos os documentos exigidos para a liquidação do mesmo, todavia, a seguradora Ré negou o pagamento da referida indenização securitária em 28 de agosto de 2019 (anexo VII), sob o argumento de que o Promovente se recuperou completamente do dano sofrido.

ORA, EXCELENCIA, OS ARGUMENTOS DA SEGURADORA RÉ NÃO MERECEM PROSPERAR, UMA VEZ QUE, CONFORME SE COMPROVA NOS AUTOS, O AUTOR TEVE O BENEFÍCIO DO AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO PELO INSS (ANEXO VI), O QUE DEMONSTRA QUE O MESMO NÃO SE RECUPEROU DOS DANOS SOFRIDOS COM O ACIDENTE. DEMAIS DISSO, CONFORME EXAMES ATUALIZADOS CARREADOS AOS AUTOS (ANEXO VIII), APÓS A CONSOLIDAÇÃO DAS LESÕES, O PROMOVENTE ENCONTRA-SE COM SEQUELAS EM SEU OMBRO ESQUERDO, E JOELHO DIREITO, FAZENDO JUS AO RECEBIMENTO DO SEGURO PLEITEADO.

2

Escritório R de Lima Advogados

Av. João Machado, nº 849, Sala 805, Empresarial Monte Carlo, Centro, CEP 58.013-520, João Pessoa-PB, fone: (83) 98726-0717/ 99985-2020.



Desta feita, solicita a parte autora, V.Exa., designe e nomeie perito médico a ser indicado por este douto Juízo, a fim de que o Ilustre Expert, possa aquilatar as lesões bem como sua extensão de que padece a parte autora em razão do acidente em que foi vítima.

Como é sabido a Lei 11.945/09, estabeleceu tabela para quantificação das lesões de cada membro atingido. Na hipótese, a parte autora sofreu politraumatismos, fazendo jus, portanto, à totalidade do valor previsto na mencionada tabela, não se opondo seja abatido qualquer valor que a seguradora comprove ter já pago.

Evidentes desta forma as lesões físicas adquiridas pelo **AUTOR**, em decorrência de acidente de trânsito, e diante de todo o ocorrido, vendo o seu direito violado e por ser protegido e amparado judicialmente, recorre o **PROMOVENTE** à justiça, nos termos de que prescreve toda a Legislação Pátria, sendo perfeitamente cabível a indenização pleiteada.

III - DO DIREITO

A questão vertente exige a aplicação da norma constante nos art. 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11.945/09, pela qual se depreende, de modo inequívoco, que havendo o evento **INVALIDEZ PERMANENTE**, o valor da indenização a ser paga deve corresponder até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74 determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.



A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

B – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico **ESPECIALISTA**, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

C - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(negrito nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:



“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (negrito nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

IV – DOS PEDIDOS

Face ao exposto, a parte autora requer:

- 1) Que seja deferido o benefício da **Justiça Gratuita**, nos termos da Lei nº. 1060/50 e artigos 98 e 99 do CPC, tendo em vista que o Promovente é pessoa pobre e não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e demais cominações de lei sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família (declaração anexa);
- 2) Determine a **citação da seguradora-ré**, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão;
- 3) A parte autora declara seu **desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação**, nos termos do artigo 319, VII c/c §5º, do artigo 334 do CPC, bem como requer que, após análise dos requisitos e pressupostos processuais, seja marcada a **perícia médica**, visando os princípios da celeridade processual e duração razoável do processo;
- 4) Seja a ré **CONDENADA a pagar o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigida monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso, não se opondo seja deduzido qualquer valor que a seguradora comprove ter pago;
- 5) Que **seja designado perito judicial** nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias

5

Escritório R de Lima Advogados
Av. João Machado, nº 849, Sala 805, Empresarial Monte Carlo, Centro, CEP 58.013-520, João Pessoa-PB, fone: (83) 98726-0717/ 99985-2020.



para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim;

- 6) A condenação da requerida nas custas processuais e juros, onde couber, bem como honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, na hipótese legal;
- 7) Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal e pericial.
- 8) Por fim, requer que todas as notificações e intimações sejam feitas em nome de **RONALDO DE LIMA CLEMENTINO, OAB/PB 15.857**, sob pena de ulteriores nulidades.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que

P. Deferimento.

João Pessoa, 22 de novembro de 2019.

RONALDO DE LIMA CLEMENTINO

OAB/PB Nº 15857

ALISSON ULISSES MOURA MATIAS

OAB/PB Nº 23033



ANEXO I - DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

PROCURAÇÃO;

RG/CPF

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME
DO AUTOR;

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;
CTPS QUE ATESTA A CONDIÇÃO DE
DESEMPREGADO;





PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: JOSÉ ANTÔNIO ALVES DA NÓBREGA, Brasileiro, solteiro, Desempregado, portador do RG nº 39.428.096-9 SSP/PB, inscrita no CPF sob o nº. 358.116.808-13, residente e domiciliado na Rua Elias Pereira de Araújo, nº 625, Mangabeira, João Pessoa-PB, CEP. 58056-010.

OUTORGADO: Procuração bastante que faz o outorgante acima qualificado e abaixo assinado, pelo qual nomeia e constitui seu bastante procurador, **RONALDO DE LIMA CLEMENTINO**, inscrito na OAB/PB 15.857, com escritório profissional na Av. João Machado, nº 849, Sala 805, Empresarial Monte Carlo, Centro, CEP. 58013-520, João Pessoa-PB.

PODERES: A qual outorga os poderes, por este instrumento particular de procuração, e nomeia, com a cláusula 'AD JUDICIA ET EXTRA', seus bastantes Procuradores e Advogados, o bacharel acima qualificado, para o foro em geral, em qualquer instância e na via administrativa, especialmente para representarem e defenderem o direito do Outorgante na ação e incidente em que seja autora, réu, oponente, assistente, litisconsorte, indiciado, ou de qualquer maneira interessado, podendo, para tanto, usarem todos os recursos necessários, nos termos do art. 105 do CPC, e poderes especiais para receber citação inicial, podendo ainda confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, renunciar, assinar declaração de hipossuficiência econômica, enfim, praticar todos os atos legais visando o bom desempenho do presente mandato, e, afinal, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes, representá-la junto as Varas Cíveis / Juizados Especiais Cíveis da cidade de João Pessoa-PB.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Declaro que não disponho de recursos financeiros para o pagamento das custas, despesas processuais e adiantamento dos honorários advocatícios, nos termos do artigo 99, § 3º do Código de Processo Civil. Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

João Pessoa/PB, 13 de novembro de 2019.

Jose Antonio Alves da Nobrega
Outorgante/Declarante

Av. João Machado, 849, Sala 805 – Empresarial Monte Carlo
Centro – CEP: 58013-520 – João Pessoa – PB
E-mail: ronaldodelimaadv@hotmail.com
+55 83 98726.0717 / +55 83 99985.2020





DECLARAÇÃO – AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Declaro que, sob as penas da lei, que meu domicílio é situado na Rua Elias Pereira de Araújo, nº 625, Mangabeira, João Pessoa – PB, CEP 58056-010, conforme documentos anexados ao processo, mas não possuo comprovante de residência em nome próprio, que atualmente resido com minha irmã, a Sra. **KARLA KATIUSCA ALVES DA NOBREGA (CPF: 321.967.188-82)**, sendo impossível proceder com a juntada do mesmo.

João Pessoa, 15 de agosto de 2019.


JOSÉ ANTÔNIO ALVES DA NÓBREGA



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : Nº 034.121.309



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

KARLA KATIUSCA ALVES DA NOBREGA
RUA ELIAS PEREIRA DE ARAUJO 625
JOAO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/326676-4

REFERÊNCIA

NOV/2019

APRESENTAÇÃO

13/11/2019

CONSUMO

130

VENCIMENTO

21/11/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 78,76

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
CONTA PAGA - Data de Pagamento: 19/11/2019				
Pagador: KARLA KATIUSCA ALVES DA NOBREGA CNPJ/CPF: 321.967.188-82				
RUA ELIAS PEREIRA DE ARAUJO 625 - MANGABEIRA - JOAO PESSOA / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31502440007375561	000326676201911	21/11/2019	R\$ 78,76	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				



TRABALHADOR

Esta é Sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.03.1943 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro-desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação espelham a condição a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

COORDENADORIA GERAL DE REGISTRO DO
TAL - FUNDO DE APOIO AO TRABALHADOR

VISITE O PORTAL ATE: WWW.MTE.GOV.BR

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PROFESSOR 201.46810.92-3

5231839

0040

PB

ASSINATURA DO TITULAR



US



JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

FILIAÇÃO..... MARLUCE ALVES DA NOBREGA
NASCIMENTO..... 19/12/1985 SEXO: MASCULINO
ESTADO CIVIL..... SOLTEIRO
NATURALIDADE: JOÃO PESSOA - PB
DOCUMENTO..... C. I. 394280969 10/04/2005 SSP PB
LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995
CPF..... 358.116.808-13 CNH.....
TIT. ELEITOR: SEÇÃO: ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/PB - 01/10/2013

Rodolfo Ramalho Costa
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba

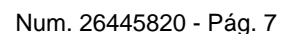
ASSINATURA DO TITULAR

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



JARDIPLAN URBANIZAÇÃO E PATAGISMO LTDA
CNPJ: 44.061.083/0001-02
* VIDE PÁGINA Nº 23

Socio-Administrador





ANEXO II

CERTIDÃO DE REGISTRO OCORRÊNCIA

(N.01691.01.2019.1.00.401);
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE
ACIDENTE DE TRÂNSITO – BOAT
(0938 – 2018).





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01691.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01691.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 14:35 horas do dia 11 de fevereiro de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Rochelle Bezerra Rocha, Agente de Investigação, matrícula 1820354, ao final assinado, compareceu José Antonio Alves da Nóbrega, CPF nº 358.116.808-13, nacionalidade brasileira, filho(a) de Marluce Alves da Nóbrega, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 18/12/1985 (33 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Elias Pereira de Araújo, Nº 625, bairro Mangabeira, tendo como ponto de referência Próximo a Fm Motos, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98694-9598.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua José Marcone Ramos da Silva, Próximo Ao Mercado Central, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 15/12/18 01:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE TRANSITAVA COM SUA MOTOCICLETA, UMA HONDA/XRE300, DE PLACA KOX-4636/PB, QUANDO SOFREU UMA COLISÃO PROVENIENTE DE UM ÔNIBUS DA EMPRESA TRANSNACIONAL, DE PLACA NQG-7653, CONDUZIDO PELO SENHOR DANIEL ARAÚJO VANDERLEI; QUE SOFREU VÁRIAS ESCORIAÇÕES, SENDO SOCORRIDO PARA O HOSPITAL DE TRAUMA DE MANGABEIRA; QUE ENCONTRA-SE AFASTADO PELO INSS PARA TRATAMENTO MÉDICO.

ADENDO(S):

Que na data 11/04/2019, à(s) 15:05 horas, na Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob a responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, compareceu o(a) noticiante para realizar o seguinte adendo: VEIO RETIFICAR A PRESENTE CERTIDÃO, ACRESCENTANDO O CHASSI:9C2ND0910CR018385 e nome do proprietário da referida moto, o qual é denominado JOSÉ ANTÔNIO ALVES DA NÓBREGA. Adendo registrado por: Cristiano Cruz Cordula, Agente de Investigação, matrícula: 1565699.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

Procedimento Policial: 01691.01.2019.1.00.401



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência




**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

João Pessoa/PB, 11 de abril de 2019.


DÊLIA MORAIS DA SILVA
Escrivão de Polícia Civil


JOSÉ ANTONIO ALVES DA NÓBREGA
Noticiante

Procedimento Policial: 01691.01.2019.1.00.401

2/2





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



DADOS DO ACIDENTE

Nº BOAT 0938 - 2018	Responsável pelo Levantamento do Acidente: FABRÍCIO JOSÉ DE ALMEIDA	Posto/Graduação: CB PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Rua, José Feliciano da Silva		Município: João Pessoa
Hora 01:00		Bairro Mangabeira IV
Data da Ocorrência 15/12/2018	U F PB	Condições da Pista Seca
Dia da Semana Sábado	C/S Vítima (QT) Com 01	Tipo de pavimento Asfalto
Condições do Tempo Bom	Tipo de Acidente Col. Transversal	Condições da Pista Seca
Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 Veículos		Controle do tráfego Placa de Pare

CONDUTOR 01

Nome Daniel Araújo Vanderlei	Sexo Masculino	Nascimento 13/05/1987	RG 7324107
--	--------------------------	---------------------------------	----------------------

Endereço

Rua, Luciano Leal Wanderley, 124, Valentina, João Pessoa - PB (83)98690 7872

1ª Habilitação 30/11/2006	Categoria AD	Registro CNH N.º 03981046696	U.F. PB	Ex.méd./Dia Sim	Data Vencimento 22/01/2020	Usava cinto	Usava Capacete
-------------------------------------	------------------------	--	-------------------	---------------------------	--------------------------------------	-------------	----------------

Exame de Embriaguez Alcoólica

Não Realizado

Destino do Condutor

Permaneceu no Local

VEÍCULO 01

Marca/Modelo M.Benz	Espécie Ônibus	Placa NQG 7663	Categoria Aluguel	Município João Pessoa	U.F. PB
-------------------------------	--------------------------	--------------------------	-----------------------------	---------------------------------	-------------------

Nome do Proprietário

Transnacional Transp. de Passageiros

Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 013981078606	Renavan N.º 0046126329-7	Data da Emissão 30/06/2018
----------------------------	------------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------

Condições do Veículo Antes do Acidente

Nada Constatado

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que; transitava no sentido Colégio Mestre Sivuca/Hospital Ortotraumas, no lado direito da via A, quando o mesmo foi convergir para avia B, sinalizou e entrou na via, na hora em que o V2 (moto), colidiu na lateral direita do seu veículo, adiante que o C2, transitava na ciclo faixa.

CONDUTOR 02

Nome José Antônio Alves da Nóbrega	Sexo Masculino	Nascimento 19/12/1985	RG 394280969
--	--------------------------	---------------------------------	------------------------

Endereço

Rua, Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa - PB (83)98694 9598

1ª Habilitação Não Habilitado	Categoria	Registro CNH N.º	U.F.	Ex.méd./Dia	Data Vencimento	Usava cinto	Usava Capacete
---	-----------	------------------	------	-------------	-----------------	-------------	----------------

Exame de Embriaguez Alcoólica

Não Realizado

Destino do Condutor

Hospital de traumas

VEÍCULO 02

Marca/Modelo Honda/XRE300	Espécie Motocicleta	Placa KOX 4636	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
-------------------------------------	-------------------------------	--------------------------	--------------------------------	---------------------------------	-------------------

Nome do Proprietário

José Antônio Alves da Nóbrega

Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 012427232361	Renavan N.º 00481683240	Data da Emissão 05/02/2016
----------------------------	------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------

Condições do Veículo Antes do Acidente

Nada Constatado

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor Ouvido na sala do setor de BOAT do BPTTran, no dia 19/12/2018, às 12:10Hrs, declarou que trafegava na via B, na faixa da direita no sentido Colégio Mestre Sivuca/Ortotraumas, quando no momento que sinalizou para adentrar na via B, foi interceptado pelo V1 e assim não foi possível evitar o acidente.



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT Nº 0938 - 2018

VÍTIMA 01

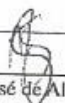
Nome José Antônio Alves da Nóbrega		Sexo Masculino	Nascimento 19/12/1985	Viajava no Veículo Nº 02
Endereço Rua, Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa - PB				
Condição da Vítima Condutor	Conduzida Para Hospital de Traumas	Usava Cinto		Usava Capacete

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: o C2 foi socorrido antes de nossa viatura chegar, o V2 (moto), foi removido para o pátio do BPTTran e que o cruzamento só uma existe placa de PARE.

João Pessoa - PB, 16 de Janeiro de 2019.

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Q100
EM: 22/12/19
ASSINATURA


Fabrício José de Almeida - CBPM
Responsável pelo Levantamento





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CROQUI DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0938/ 2018

AMARRAÇÕES

VIA "A" - Rua Feliciano da Silva 09,00metros

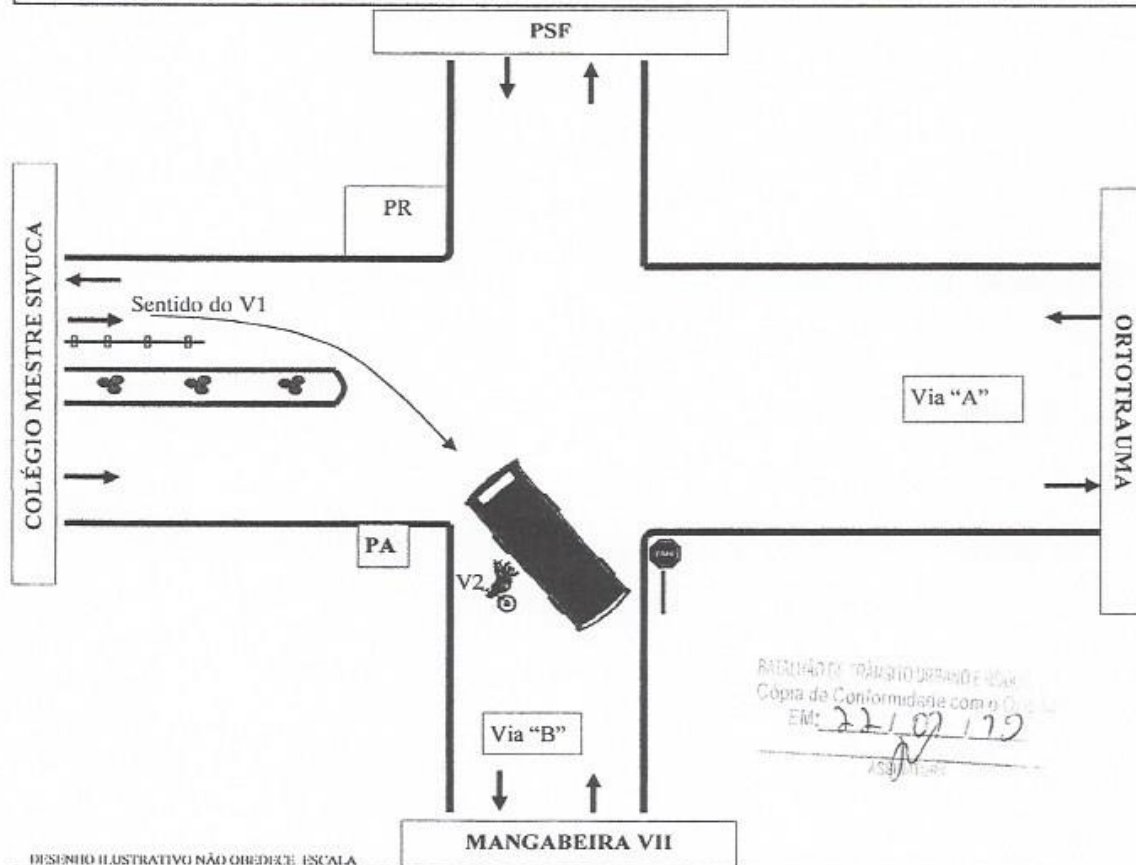
VIA "B" - Rua José Marcone Ramos da Silva 08,10metros

PR (Ponto de Referência) Mercadinho Central

PA (Ponto de Amarração) Poste da Energisa

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 07.71 e Traseiro Direito 04.46 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Esquerdo 03.13 e Traseiro Esquerdo 05.54 metros para (PA)



BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
EM: 22/07/19
ASS: [assinatura]

DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

MANGABEIRA VII

AVARIAS



V1



V2

Fabricio José de Almeida Cb PM
Responsável pelo Levantamento





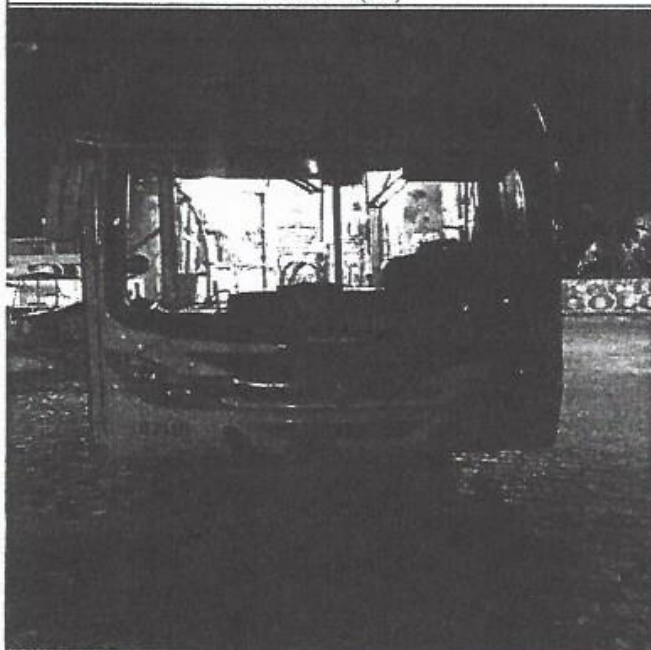
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



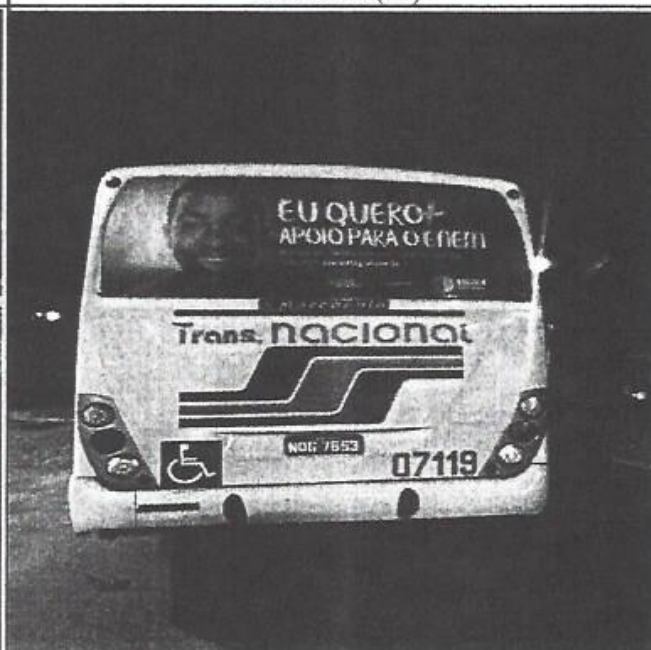
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0938/ 2018

FOTOS DO V1

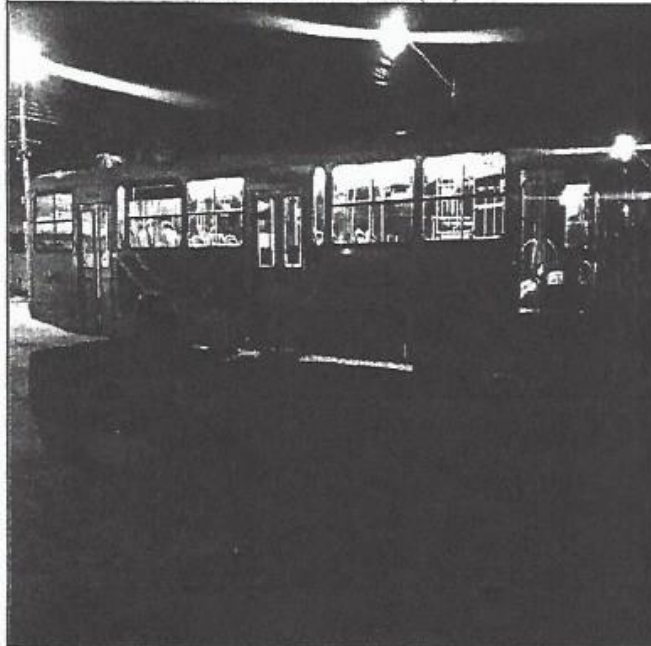
FRENTE (V1)



TRASEIRA (V1)



LATERAL DIREITA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)



BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o G
EM: 22/02/19

Fabrizio José de Almeida Cb PM
Responsável pelo Levantamento





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT

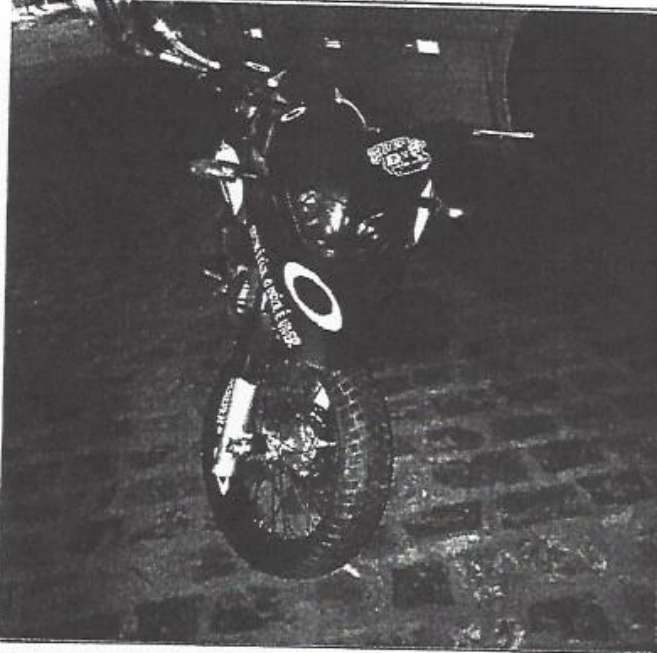


BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0938/ 2018

FOTOS DO V2

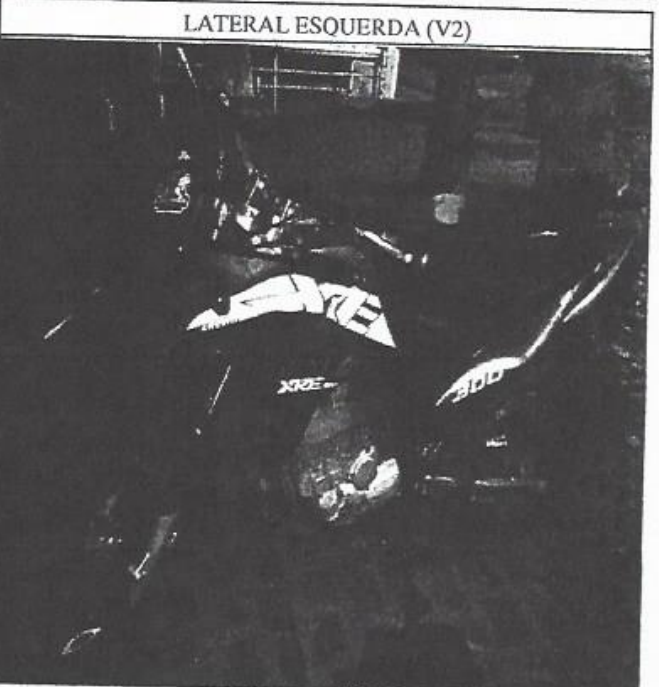
FRENTE (V2)

TRASEIRA (V2)



LATERAL DIREITA (V2)

LATERAL ESQUERDA (V2)



BATALHÃO DE TRÂNSITO
Cópia de Comunicação
EM: 22/11/2019 19

3

Fabrizio José de Almeida Cb PM
Responsável pelo Levantamento





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 0938 - 2018

DANOS V1

Marca/Modelo:
M.BENZ

Placa:
NQG - 7653

Responsável pelo Preenchimento:
CB FABRICIO

Data:
15/12/2018

ÔNIBUS E MICROÔNIBUS
AVARIAS NO ACIDENTE

Item	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	N
01	Avaria na estrutura das laterais ou do teto afetando o posto do condutor.	M		X	
02	Avaria na estrutura afetando a coluna "B" da carroceria.	M		X	
03	Avaria na estrutura afetando qualquer ponto de fixação das poltronas/bancos.	M		X	
04	Avárias na estrutura das laterais ou do teto atingindo o compartimento interno dos passageiros podendo ultrapassar o plano que passa pela linha de referência do peitoril (parte inferior das janelas).	M		X	
05	Estrutura com deformação vertical, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroceria com o chassi.	M		X	
06	Estrutura com deformação lateral, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroceria com o chassi.	M		X	
07	Região da carroceria e/ou do chassi termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 do comprimento do chassi.	M		X	
08	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
09	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
10	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas.	M		X	
11	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
12	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
13	Chassi com deformação lateral maior que a altura da longarina.	G		X	
14	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão.	M		X	
15	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
16	Avaria em qualquer um dos eixos.	M		X	
17	Dano em qualquer componente do Sistema de Freios.	M		X	
18	Região do Chassi termicamente afetada com dimensão maior que 2/3 do comprimento do chassi.	G		X	

Assinale abaixo o campo correspondente ao dano de maior gravidade

Dano de Pequena Monta: quando não houver nenhum item assinalado nas colunas "SIM" ou "NA"

Dano de Média Monta: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria M

Dano de Grande Monta: quando o item de maior gravidade assinalado nas colunas "SIM" ou "NA" for de categoria G

Observações:

PEQUENA MONTA

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi danificado ou não no acidente, assinalar com um X a coluna NA

SIM = Item danificado no acidente; NÃO = Item não danificado no acidente; NA = Impossibilidade de avaliar o dano (Não avaliado)

DANOS NO V2

Marca/Modelo:
XRE 300

Placa:
KOX - 4636

Responsável pelo Preenchimento:
CB FABRICIO

Data:
15/12/2018

MOTOCICLETA

PEÇAS ESTRUTURAIS AVARIADAS NO ACIDENTE

Item	Nome da Peça	Avaliação			Item	Nome da Peça	Avaliação		
		Sim	Não	NA			Sim	Não	NA
01	Garfo dianteiro		X		05	Chassi		X	
02	Mesa superior da suspensão dianteira		X		06	Garfo traseiro		X	
03	Mesa inferior da suspensão dianteira		X		07	Eixo traseiro (triciclos)		X	
04	Coluna de direção		X		Total Geral (Sim + NA)			00	

Observações:

PEQUENA MONTA

AVALIAÇÃO POR DANO:

Quantidade de peças estruturais danificadas = 0

-> DANO DE PEQUENA MONTA

Quantidade de peças estruturais danificadas de 1 a 4

-> DANO DE MÉDIA MONTA

Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4

-> DANO DE GRANDE MONTA

João Pessoa-PB, 16 de Janeiro de 2019.

Fabricio José de Almeida Cb PM
Responsável pelo Levantamento

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

Emissão: 22/01/2019



ANEXO III

**LAUDO DE ATENDIMENTO MÉDICO;
ATESTADOS MÉDICOS.**

- NOTIFICAÇÃO DE RENOVIDADE;
- NOTIFICAÇÃO DE VULNERAÇÃO;

ANEXO II



USF Integrada Nova Aliança
 CNES 3446204
 Rua Nelly Pessoa de Lima, s/n
 Telefone 3228 1111

SUS - Sistema Único de Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL		Fls. 1/2
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE				
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE USF CRISTO REI			2 - CNES	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE				
3 - NOME DO PACIENTE JOSE ANTONIO ALVES DA MOURA			4 - Nº DO PRONTUÁRIO 9015	
5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		6 - DATA DE NASCIMENTO 19/12/1985		7 - SEXO Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>
8 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL Maurice Alves da Moura		9 - TELEFONE DE CONTATO 813 8181619 / 8141615		
10 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) R. Elias Pereira da Silva, 625, Monte I		11 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA João Pessoa		
12 - Cód. RGSE MUNICÍPIO P18		13 - UF PB		
PROCEDIMENTO SOLICITADO				
14 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		15 - NOME DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL RM Nuclear do Joelho Direito		16 - QTDE. 02
PROCEDIMENTOS SECUNDÁRIOS				
17 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO	18 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO			19 - QTDE.
20 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO	21 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO			22 - QTDE.
23 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO	24 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO			25 - QTDE.
26 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO	27 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO			28 - QTDE.
29 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO	30 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO			31 - QTDE.
32 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO	33 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO			34 - QTDE.
JUSTIFICATIVA DO PROCEDIMENTO SOLICITADO				
35 - Descrição do diagnóstico Lesão de Membro Inferior		36 - CID10 PRINCIPAL T93		
37 - OBSERVAÇÕES Paciente apresenta sequelas de acidente de moto em joelho direito, com instabilidade de ligamentos patelar e colaterais		38 - CID10 SECUNDÁRIO		
39 - CID10 CAUSAS ASSOCIADAS		40 - CID10		
SOLICITAÇÃO				
41 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		42 - DATA DA SOLICITAÇÃO 28/09/18		43 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL DO CONSELHO Mário José de Souza Médico CRM 1087 - CPF 133.714
44 - DOCUMENTO () CNS () CPF		45 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		
AUTORIZAÇÃO				
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		47 - Cód. Órgão Emissor		48 - Nº DA AUTORIZAÇÃO (APAC)
49 - DOCUMENTO () CNS () CPF		50 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		
51 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		52 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL DO CONSELHO		53 - PERÍODO DE VALIDADE DA APAC
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE				
54 - NOME FANTASIA DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE			55 - CNES	



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () CNPJ: -

Ficha Nº: 190330
Data: 15/12/2018
Hora: 00:26:47
Recepcionista: GABRIELA DA COSTA SERRA
Clínica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA
CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 394280969 Fone: 987526345
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 19/12/1985 Id: 33 ano(s)
End.: AVENIDA DA FALESIA, 265
Bairro: PONTA DO SEIXAS Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
Mae: MARLUCE ALVES DA NOBREGA

Num. de vezes atendido: 1
Num. Prontuario: 2018.12.001702
Pai: NAO DECLARADO

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO
Ocupação: COMERCIANTE

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA
Tel./Doc. Responsavel: 987526345 / IDENTIDADE: 394280969
Procedencia: RUA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: COLISAO MOTOXONIBUS AS 23:50/CIDADE VERDE

Vitima de violência por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Glicemia: IMC:
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

PACIENTE VITIMA DE COLIZAO ONIBUS E MOTO

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Quem se trata de um paciente com trauma de trânsito, vítima de acidente de trânsito, vítima de colisão de ônibus e moto. O paciente apresenta queixa de dor no tórax e abdômen, com sinais de trauma. O exame físico revela:

Diagnostico

Conduta

Prescrição

Horario da medicacao



17

Paciente vítima de acidente
de moto apresentando
lesões em mão @, joelho @ e
TNE @

Data e Hora | PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)

Raio x sem sinais
de fratura ou
luxação

HD: Contusão mão e
joelho @, TNE @

cd: Limpeza +
curativa

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolução

Dr. Éverton Vasconcelos
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PA 0616
CREMERF 20251
TEC 11818

- ATB + AINE
- Alta de
interdição

Reservado p/ liberação

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

[] Residência [] Transferido [] Desistência [] UTI
[] Alta a pedido [] Enfermaria Obito: [] Atestado [] SVO [] IML

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

0301060061



CERTIDÃO

Nº. 0273/2019

Atendendo solicitação de JOSE ANTONIO ALVES NOBREGA e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº190330 pertencente ao requerente que foi atendido dia 15/12/2018 às 00H26min, vítima de acidente de moto x ônibus.

Submetido à avaliação médica, apresentando trauma em ombro esquerdo, tornozelo esquerdo e joelho direito e exame de imagem, que não evidenciou fraturas, medicação e liberado.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 08 de março de 2019

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883





Prefeitura Municipal de Saúde
Secretaria de Saúde
Ficha de encaminhamento
Referência

SUS Integrada Nova Aliança
CN 3446204
SUS
Rua de Lima, s/n
Telefone: 3238-1368

Unidade de Origem / CNES:

USF Cristo Rei

Nome do Usuário:

Nome Social: José Antônio Alves da Nobrega

Nome da Mãe:

Martina Alves da Nobrega

sexo () F (X) M

Data de Nascimento:

19/12/1985

Idade: 32

Endereço:

R. Elias Pereira de Araújo, 625

Bairro:

Mangabeira 1

Telefone:

988698465

Numero do Cartão SUS:

Exames Anteriores:

Tratamento Realizado:

FISIOTERAPIA

AO ORTOPEDISTA

Justificativa / Motivo do Atual Encaminhamento (HD):

Paciente jovem com
sequela de acidente de moto, com deslocamento do joelho
direito.

Assinatura e carimbo do Profissional:

Maria José de Souza Medeiros
MÉDICA
CRM-PB 1087 - CPF. 133.294.804-91

Data: 28/09/18

RECORTE AQUI E DEVOLVA A PARTE DE BAIXO PREENCHIDA AO USUÁRIO



Prefeitura Municipal de Saúde
Secretaria de Saúde
Ficha de encaminhamento
Contra-Referência



Nome do Usuário:

Unidade da Rede Especializada:

Exame Clínico:

Parecer:

Assinatura e carimbo do profissional:

Data: / /

OBS: Letra legível
Retorno da Ficha à Unidade de origem com o usuário





PRONTO SOCORRO DE FRATURAS SANTA RITA LTDA.
Av. Flávio Ribeiro Coutinho, 350 - FONE: (83) 9229.1098 - Santa Rita - PB
CNPJ 09.168.766/0001-54
FRATURAS E DOENÇAS ÓSSEAS - RAIOS X

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, a pedido do interessado, que José Antonio
Ribeiro da Nogueira
portador do RG 394280969 RS, foi submetido à consulta médica nesta data, no
horário das _____ horas, sendo portador da afecção CID - 105468+540.01
Em decorrência, deverá permanecer afastado de suas atividades por um período de 60
sessenta dias, a partir desta data. Ponte com jérb
Prontofor. Apuram
do dor

Santa Rita, 13.02.2019

Assinatura e Carimbo do Médico
Dr. Manoel Angelo Filho
CRM 2071 - CPF 134.153.314-72
CNS - 170014640800018

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o
Dr. Dr. Manoel Angelo Filho
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA
a registrar o diagnóstico codificado,
CID ou por extenso neste atestado médico.

Jose Antonio Ribeiro da Nogueira
Assinatura do Paciente ou Responsável





PRONTO SOCORRO DE FRATURAS SANTA RITA LTDA.

Av. Flávio Ribeiro Coutinho, 350 - FONE: (83) 3229.1098 - Santa Rita - PB

CNPJ 09.168.766/0001-54

FRATURAS E DOENÇAS ÓSSEAS - RAIOS X

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, a pedido do interessado, que Jose Antonio

portador do RG 394280919, foi submetido à consulta médica nesta data, no

horário das 10:00 horas, sendo portador da afecção CID - 10 S46.8+S40.0

Em decorrência, deverá permanecer afastado de suas atividades por um período de 60

dias dias, a partir desta data.

Santa Rita, 29/12/2018

Dr. Marcelo
Assinatura e Carimbo do Médico
CRM 2071 - C.F. 134.18
CNS - 170.140.000.119

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo

Dr. Dr. Marcelo, a registrar o diagnóstico codificado.

CID ou por extenso neste atestado médico.

Jose Antonio Alves Nobrega
Assinatura do Paciente ou Responsável





ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) João Antônio A. Nóbrega portador(a) da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 00:40 horas, portador(a) da patologia CID-10 _____, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 20 (vinte) dias, a partir desta data.

João Pessoa, 15/12/18


Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o(a) Dr.(a) _____, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Rua Ag. Fical José Costa Duarte, 311, CEP 58050-304, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



PRONTO SOCORRO DE FRATURAS SANTA RITA LTDA

Av. Flávio Ribeiro Coutinho, 350 - FONE: (83) 3229-1098 - Santa Rita - PB

CNPJ 9.168.766/0001-54

FRATURAS E DOENÇAS ÓSSEAS - RAIOS X

P/ José Antonio Alves de Menezes

Solicito:

RNM do Ombro E

HID: T92.8

(Limitação de movimentos do ombro
E com instabilidade articular
glen-umeral)

J. A. M., 29.12.18

Dr. Ronaldo de Lima Clementino
CRM 2071 - CFP 134.873.14-1
RNS - 1703 1404000018



PRONTO SOCORRO DE FRATURAS SANTA RITA LTDA

Av. Flávio Ribeiro Coutinho, 350 - FONE: (83) 3229-1098 - Santa Rita - PB

CNPJ 9.168.766/0001-54

FRATURAS E DOENÇAS ÓSSEAS - RAIOS X

11 Jose Antonio Alves da Nogueira

Solicitado:

RNM do joelho D

HPD: T933

(Instabilidade articular
fêmoro-patelar e ligamentos
joelho D)

Pronto Socorro, 23/12/2019



ANEXO IV

DOCUMENTO DA MOTO.



DETRAN - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO
 Nº 014663893445

VIA 1 COD. RENAVAM 20180000083253-8
 0048168324-0 00/00000000 2018

PLACA KOX4636/PB

CHASSI 9C2ND0910CR018385

MODELO HONDA/XRE 300

2 P/251/CI PARTIL VERDE

IPVA PAGO EM 00/00/0000

PREMIO TARIFARIO (R\$) 00000000

PREMIO TOTAL (R\$) 00000000

DATA DE PAGAMENTO 06/03/2018

SEM RESERVA DE DOMINIO

JOAO PESSOA

00/00/0000

PB Nº 014663893445 **BILHETE DE SEGURO DPVAT**

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
 PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
 AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
 www.seguradoralider.com.br
 SAC DPVAT 8000 922 1204

ENTRADA 2018 DATA EMISSÃO 08/04/2018

VIA 1 35811680813 PLACA KOX4636/PB

00481683240 HONDA/XRE 300

2018 2 P/251/CI PARTIL VERDE

CHASSI 9C2ND0910CR018385

PREMIO TARIFARIO (R\$) 00000000

PREMIO TOTAL (R\$) 00000000

DATA DE PAGAMENTO 06/03/2018

SEM RESERVA DE DOMINIO

JOAO PESSOA

00/00/0000

SEGURADORA LIDER - DPVAT
 CNPJ 03.241.000/0001-01
 16331-1527258-20190408

FEB-2019

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADIAS

DETRAN PB Nº 014663893445
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEICULO
 Nº 014663893445

VIA 1 COD. RENAVAM 20180000083253-8
 0048168324-0 00/00000000

PLACA KOX4636/PB

CHASSI 9C2ND0910CR018385

MODELO HONDA/XRE 300

2 P/251/CI PARTIL VERDE

SEM RESERVA DE DOMINIO

JOAO PESSOA

00/00/0000

ANEXO V

FOTOGRAFIAS DO ACIDENTE





















ANEXO VI

CARTA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – AUXÍLIO DOENÇA





PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CARTA DE CONCESSÃO / MEMÓRIA DE CÁLCULO

SEQ: 032080
DATA: 17/01/2019

NOME	OL	NB
JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA (NIT: 2014681092-3)	13.001.080	626.217.298-3

COMUNICAMOS QUE LHE FOI CONCEDIDO **AUXILIO-DOENÇA(31)**
626.217.298-3 REQUERIDO EM **03/01/2019** COM RENDA MENSAL DE R\$ **1.295,21** CALCULADA CONFORME ABAIXO,
COM INÍCIO DE VIGÊNCIA A PARTIR DE **15/12/2018**

CASO NÃO TENHA FEITO OPÇÃO PELO CRÉDITO EM CONTA CORRENTE OU POUPANÇA, COMPAREÇA A PARTIR DE **05/02/2019** NA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA INDICADA ABAIXO, MUNDO, OBRIGATORIAMENTE, DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO NO ATO DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO, OS CRÉDITOS SUBSEQUENTES SERÃO EFETUADOS NO **3** DIA ÚTIL DE CADA MÊS.

ORGÃO PAGADOR/AGÊNCIA BANCÁRIA:
649676 - ITAU - J PESSOA GEOVANI MELO
RUA GEOVANI MARINHO DE MELO, 323 ANEXO MANGABEIRA

VIA SEGURADO

Edison Antonio Costa Britto Garcia
Presidente do INSS

CÁLCULO DE BENEFÍCIOS SEGUNDO A LEI 9676, DE 29/11/1999
(ATIVIDADE PRINCIPAL)

DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR	DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR	DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR
01/2018	1.594,32	1,0328	1.646,76*	12/2017	2.513,35	1,0355	2.602,77*	11/2017	2.289,56	1,0374	2.375,28*
10/2017	2.149,56	1,0412	2.238,29*	09/2017	2.101,40	1,0410	2.187,71*	08/2017	1.885,79	1,0407	1.962,65*
07/2017	2.044,28	1,0425	2.131,22*	06/2017	1.854,07	1,0394	1.927,12*	05/2017	2.141,50	1,0431	2.233,89*
04/2017	1.741,78	1,0439	1.818,38*	03/2017	1.594,65	1,0473	1.670,10*	02/2017	1.540,00	1,0498	1.616,74*
01/2017	1.540,00	1,0542	1.623,53*	12/2016	1.540,00	1,0557	1.625,80*	11/2016	1.232,00	1,0564	1.301,55*
03/2016	596,60	1,0964	654,16	02/2016	1.046,67	1,1068	1.158,55*	01/2016	2.157,81	1,1236	2.424,53*
12/2015	971,60	1,1337	1.101,52*	11/2015	971,60	1,1463	1.113,75*	10/2015	971,60	1,1551	1.122,32*
09/2015	971,60	1,1610	1.128,05*	08/2015	1.039,16	1,1639	1.209,50*	07/2015	942,00	1,1706	1.102,77*
06/2015	860,00	1,1796	1.014,53*	05/2015	860,00	1,1913	1.024,58*	04/2015	860,00	1,1998	1.031,85*
03/2015	860,00	1,2179	1.047,43*	02/2015	860,00	1,2320	1.059,58*	01/2015	860,00	1,2503	1.075,26*
12/2014	860,00	1,2580	1.081,93*	11/2014	860,00	1,2647	1.087,66*	10/2014	860,00	1,2695	1.091,80*
09/2014	860,00	1,2757	1.097,15*	08/2014	860,00	1,2780	1.099,12*	07/2014	860,00	1,2797	1.100,55*
06/2014	790,00	1,2830	1.013,60*	05/2014	790,00	1,2907	1.019,68*	04/2014	210,67	1,3008	274,04
12/2010	161,21	1,5889	256,15	11/2010	798,59	1,6053	1.282,00*	10/2010	791,47	1,6201	1.282,26*
09/2010	751,81	1,6288	1.224,58*	08/2010	174,00	1,6277	283,22	06/2009	32,02	1,7110	54,78
05/2009	432,15	1,7213	743,88	07/2008	352,45	1,7880	630,19	05/2008	555,29	1,8216	1.011,53
04/2008	555,29	1,8332	1.018,00*	03/2008	596,24	1,8426	1.098,65*	02/2008	646,79	1,8520	1.197,88*
01/2008	878,80	1,8648	1.638,80*	12/2007	784,27	1,8829	1.476,70*	11/2007	521,40	1,8910	985,97
09/2007	521,40	1,9014	991,40	07/2007	434,50	1,9187	833,70	06/2007	495,90	1,9247	954,46
04/2007	691,42	1,9347	1.337,70*	03/2007	602,90	1,9432	1.171,57*				

* SALARIOS UTILIZADOS PARA CÁLCULO DA MÉDIA

TOTAL DOS SALARIOS CONTRIBUICAO CORRIGIDOS	66.895,64	DIVIDIDO POR	47
SALARIO DE BENEFICIO (1.423,31)		
TEMPO DE SERVICO : 05 GRUPOS DE 12 CONTRIBUICOES			
RENDAMENTO INICIAL (EM: R\$) (1.423,31 X 0,910)		1.295,21

*** NAO HOUVE GERACAO DE CREDITOS ATRASADOS DE ANO ANTERIOR ***





PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CARTA DE CONCESSÃO / MEMÓRIA DE CÁLCULO

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DE ATRASADOS (VALORES EXPRESSOS EM REAL)

DATAS: REGUL.DOCUMENTACAO 03/01/2019 INICIO PAGAMENTO 15/12/2018

12/2018	REND.MENSAL	582,84	13* SALARIO	107,93	LIQUIDO	690,77
				ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO		0,30
TOTAL BRUTO		799,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	799,00

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DO MES

01/2019	REND.MENSAL	1.297,02	AD ARRED CRE	0,98		
TOTAL BRUTO		1.298,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	1.298,00

OBS: E DE 10(DEZ) ANOS O PRAZO PARA REVISAO DO ATO DE CONCESSAO, CONFORME LEI 8213/91 ART 103.

- (*) Renda Mensal proporcional ao periodo de 15/12/2018 a 31/12/2018
- (*) Renda Mensal proporcional ao periodo de 01/03/2019 a 03/03/2019

A Previdencia Social informa que o(a) segurado (a) em auxilio doenca que retornar voluntariamente a mesma atividade, podera ter seu auxilio cancelado a partir da data do retorno, de acordo com os §§ 6 e 7 do art. 60 da Lei n. 8213/91, com redacao dada pela Lei n.13135/15.

Prezado beneficiario,

O pagamento dos beneficios previdenciarios e assistenciais e realizado por intermedio de instituicoes financeiras contratadas pelo INSS.

Estas instituicoes financeiras devem garantir:

- O pagamento do beneficio conforme a data designada na Tabela de Pagamento de Beneficio, estabelecida pela Previdencia Social;
- O pagamento do beneficio pelo banco e agencia designados pelo INSS e, a utilizacao de cartao magnetico, em qualquer agencia ou terminal de autoatendimento;
- O Pagamento em local adequado, sem fila externa, nem fila com tempo de espera superior a trinta minutos ou de acordo com a legislacao local vigente;
- A opcao de receber o beneficio por meio de cartao magnetico, gratuitamente, sem necessidade da abertura de conta na instituicao bancaria designada ou por conta corrente, quando ja possuir e desde que seja um dos titulares. A emissao do primeiro cartao para saque do beneficio por meio magnetico tambem e gratuita;
- Uma transferencia mensal de valores, entre conta corrente / poupanca, gratuitamente, por meio da utilizacao do Documento de Ordem de Credito - DOC ou Transferencia Eletronica Disponivel - TED, para o banco de sua escolha, desde que possua conta corrente no banco que recebe o beneficio, de mesma titularidade e que a transferencia seja no valor total do beneficio;
- A emissao de cartao com a identificacao de que voce e um beneficiario da Previdencia Social, caso o seu pagamento seja na modalidade de credito em conta / poupanca. Esse cartao e opcional e a 1a via gratuita;
- A disponibilizacao do Demonstrativo de Credito do Beneficio - informe-se no banco pagador do beneficio sobre a disponibilidade deste servico;
- A disponibilizacao do Extrato Anual de Pagamento de Beneficios e da Declaracao de Rendimentos para fins de Imposto de Renda, se for o caso;
- O envio anual ao INSS, da comprovacao de vida do beneficiario e a alteracao de endereco, quando houver;

Caso essas regras nao sejam observadas pelos bancos, voce pode registrar reclamacao na Ouvidoria-Geral da Previdencia Social, pelo telefone 135.



ANEXO VII

AVISO DE SINISTRO E DECISÃO ADMINISTRATIVA - DPVAT





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 22 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190334231

Vítima: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

Data do Acidente: 15/12/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: GIULLYANA FLAVIA DE AMORIM NOBREGA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14345722





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190334231 Vítima: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

Data do Acidente: 15/12/2018 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

A documentação médica anexada, datada de 08/03/2019, emitida pelo Dr. ROSANGELA M ESCOREL ALMEIDA, CRM nº 3883 - PB, da Instituição COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA, evidencia recuperação completa após o dano pessoal sofrido no acidente de trânsito e não foi comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00209/00210 - carta_31 - INVALIDEZ

00020105



Carta nº 14745075



ANEXO VIII

EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA QUE ATESTAM LESÕES NO OMBRO ESQUERDO E JOELHO DIREITO DO PROMOVENTE





ATENDIMENTO: 018 - 0028461

Cliente : JOSE ANTONIO ALVES NOBREGA

Solicitante : MARIA JOSÉ DE SOUZA MEDEIROS

Data Nasc.: 19/12/1985

Data Entrada: 07/11/2019

Convênio: SUS (USO RECEPCAO)

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO OMBRO ESQUERDO

Metodologia:

Planos Axial, Sagital e Coronal, sequências SPIN-ECO, contraste ponderado em T1.
Planos Sagital, Coronal e Axial, sequências SPIR, contraste ponderado em T2, com supressão de gordura.
Plano Axial com a técnica GRADIENTE-ECO (FFE), contraste ponderado em T2*.

Comentários:

Não há derrame articular.

Redução do espaço articular glenoumeral.

Adelgaçamento da cartilagem glenoumeral.

Existe área de alteração de sinal nos contrastes ponderados em T2 associado a degeneração fibrocística e edema medular ósseo residual acometendo a glenóide no seu aspecto central.

Os lábruns glenoideanos são finamente heterogêneos.

Tendão da cabeça longa do bíceps de calibre, morfologia e intensidade de sinal preservada alocado no sulco intertuberositário sem sinais de luxação no presente estudo.

O ligamento transversal do úmero é de aspecto habitual.

Manguito rotador apresentando:

- 1- Tendão do supraespinhal heterogêneo em projeção de zona crítica.
- 2- Tendão do infraespinhal de configuração habitual sem sinais de espessamento.
- 3- Tendão do subescapular heterogêneo na sua transição miotendínea e insercional junto ao tubérculo menor do úmero.
- 4- Tendão do redondo maior de configuração anatômica.

Líquido no interior da bursa subacromio/subdeltóidea.

Acrômio tipo I de Bigliani.

Espessamento cápsulo-ligamentar associado a hipertrofia articular acromio/clavicular.

Há discreto edema medular ósseo nos bordos ósseos envolvidos.

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado como absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas podem se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.





ATENDIMENTO: 018 - 0028461

Cliente : JOSE ANTONIO ALVES NOBREGA
Solicitante : MARIA JOSÉ DE SOUZA MEDEIROS
Data Nasc.: 19/12/1985

Data Entrada: 07/11/2019
Convênio: SUS (USO RECEPCAO)

Demais planos músculo-tendíneos bem como estruturas ósseas que compõe o ombro esquerdo de aspecto, morfologia e intensidade de sinal preservada.

CONCLUSÃO

- Ressonância magnética do ombro esquerdo evidencia:

1- Redução do espaço articular glenoumeral.

2- Condropatia glenoumeral.

3- Áreas de degeneração fibrocística com edema medular ósseo reacional acometendo a glenóide no seu aspecto central.


4- Tendinopatia dos tendões supraespinhal e subescapular.

5- Bursite subacrômio/subdeltóidea.

6- Acrômio tipo I de Bigliani.

7- Espessamento cápsulo-ligamentar associado a hipertrofia articular acrômio/clavicular com sinais de doença inflamatória em atividade.

Laudado por: LEONARDO FRANCO FELIPE e Assinado por: CRM-PB:5263 - LEONARDO FRANCO FELIPE


CRM 5263 DR. LEONARDO FELIPE

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado como absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas podem se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.





ATENDIMENTO: 018 - 0028461

Cliente : **JOSE ANTONIO ALVES NOBREGA**
Solicitante : MARIA JOSÉ DE SOUZA MEDEIROS
Data Nasc.: 19/12/1985

Data Entrada: 07/11/2019
Convênio: SUS (USO RECEPCAO)

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO JOELHO DIREITO

Metodologia:

Planos Sagital e Coronal, sequências SPIN-ECO, contraste ponderado em T1.
Planos Sagital, Coronal e Axial, sequências SPIR, contraste ponderado em T2, com supressão de gordura.
Planos Sagital e Coronal com a técnica STIR.

Comentários:

Mínimo derrame articular

Ligamento cruzado anterior heterogêneo e mal definido.

Ligamento cruzado posterior é de aspecto habitual.

Ligamentos colaterais lateral e medial, tensor da fáscia lata e retináculos patelares de configuração anatômica.

Tendão patelar e quadriciptal de calibre e morfologia habituais.

Os tendões componentes da " pata de ganso " são de aspecto anatômico.

Não há cisto poplíteo.

Gordura de Hoffa é de aspecto habitual.

Complexo cartilaginoso fêmoro-tibial de aspecto preservado.

Maceração / ruptura do menisco medial.

Menisco lateral adelgado.

Adelgaçamento cursando com áreas de irregularidade / erosão cartilaginosa na patela e na tróclea.

Patela lateralizada, em posição um pouco mais baixa do que o habitual.

Mínimos osteófitos marginais patelo-tíbio-femorais.

Demais planos músculo-tendíneos, bem como estruturas ósseas que compõem o joelho direito de aspecto, morfologia e intensidade de sinal preservados.

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado como absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas podem se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.





ATENDIMENTO: 018 - 0028461

Cliente : JOSE ANTONIO ALVES NOBREGA

Solicitante : MARIA JOSÉ DE SOUZA MEDEIROS

Data Nasc.: 19/12/1985

Data Entrada: 07/11/2019

Convênio: SUS (USO RECEPCAO)

CONCLUSÃO

- Ressonância Magnética do joelho direito evidencia:

- 1- Lesão parcial do ligamento cruzado anterior.
- 2- Maceração / ruptura do menisco medial.
- 3- Condropatia grau II da patela e da tróclea.
- 4- Patela lateralizada, em posição um pouco mais baixa do que o habitual.
- 5- Degenerativa tricompartmental incipiente.

Laudado por: LEONARDO FRANCO FELIPE e Assinado por: CRM-PB:5263 - LEONARDO FRANCO FELIPE



CRM 5263 DR. LEONARDO FELIPE

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado como absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas podem se modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0810865-02.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, **INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar a simulação da guia de custas necessária para análise do pedido de gratuidade**, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30 / 11 / 2018 .

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2019.

SILVANA GIANNATTASIO

Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0810865-02.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, **INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar a simulação da guia de custas necessária para análise do pedido de gratuidade**, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 3 0 / 1 1 / 2 0 1 8 .

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2019.

SILVANA GIANNATTASIO

Técnico Judiciário



AO JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DE MANGABEIRA, COMARCA DE JOÃO PESSOA / PB.

PROCESSO Nº.: 0810865-02.2019.8.15.2003

JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem, mediante o seu procurador *in fine* assinado, à presença de V. Excelência, requerer o que se segue.

D Julgador, em atenção ao despacho retro, o Promovente requer a juntada de simulação de guia de custas no importe de **R\$ 1.234,25 (hum mil duzentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**.

Ato contínuo, o Autor, respeitosamente, reitera a apreciação do pedido de justiça gratuita presente na exordial, **tendo em vista que, mora com sua irmã, se encontra desempregado, não auferindo renda formal ou informal**, como demonstrado nas cópias de sua CTPS, que segue jungida ao presente petitório, não possuindo condições de arcar com as custas prévias no valor de **R\$ 1.234,25 (hum mil duzentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**, bem como com as demais custas e taxas processuais da lide.

Dessa forma, requer o Autor:

- a) A juntada de simulação de guia de custas;
- b) A concessão dos benefícios da justiça gratuita em todos os atos processuais, nos termos dos artigos 98 e 99 do CPC, tendo em vista a inequívoca comprovação da hipossuficiência de recursos do Autor;

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 20 de janeiro de 2020.

RONALDO DE LIMA CLEMENTINO

ADVOGADO

OAB/PB Nº 15857



ALISSON ULISSES MOURA MATIAS






ADVOGADO

OAB/PB Nº 23.033



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.3.20.06132/01
			Data de emissão: 20/01/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/01/2020
Número da guia: 200.2020.606132 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,92
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.018,40 Promovente: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.234,25
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000122 342509283186 520200131206 032006132016 			Valor final: R\$ 1.234,25

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.3.20.06132/01
			Data de emissão: 20/01/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/01/2020
Número da guia: 200.2020.606132 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,92
Promovente: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas: R\$ 12,00			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.234,25
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.234,25

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.3.20.06132/01
			Data de emissão: 20/01/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/01/2020
Número da guia: 200.2020.606132 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,92
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.018,40 Promovente: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.234,25
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000122 342509283186 520200131206 032006132016 			Valor final: R\$ 1.234,25





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.606132

Data Vencimento: 31/01/2020

Data Emissão: 20/01/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 1.018,40

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.232,90

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JOÃO PESSOA
4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

DESPACHO

PROCESSO Nº 0810865-02.2019.8.15.2003

AUTOR: JOSÉ ANTONIO ALVES DA NÓBREGA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc;

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o **dia 19 de março de 2020, às 17:20h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.



A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do C.P.C, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia 19/03/2020 às 17:20h, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do C.P.C).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJ/PB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS (PROVIMENTO C.G.J Nº 49/19).

CUMPRA COM URGÊNCIA



João Pessoa, 28 de janeiro de 2020

Fernando Brasilino Leite

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JOÃO PESSOA
4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

DESPACHO

PROCESSO Nº 0810865-02.2019.8.15.2003

AUTOR: JOSÉ ANTONIO ALVES DA NÓBREGA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc;

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o **dia 19 de março de 2020, às 17:20h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.



A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvat somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do C.P.C, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia 19/03/2020 às 17:20h, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do C.P.C).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJ/PB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS (PROVIMENTO C.G.J Nº 49/19).

CUMPRA COM URGÊNCIA



João Pessoa, 28 de janeiro de 2020

Fernando Brasilino Leite

Juiz de Direito

